

Metropolização e desigualdades: Notas sobre a dinâmica de crescimento populacional e a produção do patrimônio cultural da cidade de Ribeirão das Neves (MG - Brasil)

Nayara de Amorim Salgado ¹

Resumo: Propõe-se aqui uma análise sobre a cidade de Ribeirão das Neves, componente da região metropolitana de Belo Horizonte, a partir das dinâmicas demográficas e sociais que marcaram a constituição da cidade ao longo do tempo, relacionando-as com a construção da identidade do lugar e seu patrimônio. Identifico três fases do crescimento populacional de Ribeirão das Neves para reflexão e relaciono sua expansão com a criação de uma identidade negativa da cidade e de seus moradores, que influencia a sensação de pertencimento e conseqüentemente o abandono do patrimônio de Ribeirão das Neves. São realizados apontamentos sobre as ausências e permanências do patrimônio cultural da cidade assim como as dificuldades de preservação (material e imaterial).

Palavras-chave: Ribeirão das Neves; crescimento demográfico; segregação socioespacial; impacto sociocultural.

Metropolization and inequalities: Notes on the dynamics of population growth and production of the cultural heritage of the city of Ribeirão das Neves (MG - Brazil)

Abstract: This paper seeks to analyze the city of Ribeirão das Neves, part of the metropolitan area of Belo Horizonte, based on the demographic and social dynamics that marked its constitution over time, relating them to the identity construction of the place and its patrimony. I identify three phases of the population growth of Ribeirão das Neves and relate its expansion with the creation of a negative identity of the city and its inhabitants, which influences the sense of belonging and consequently the abandonment of Ribeirão das Neves' patrimony. There are notes on the absences and permanences of the city's cultural heritage as well as the difficulties of preservation (material and immaterial).

Keywords: Ribeirão das Neves; population growth; socio-spatial segregation; socio-cultural impact.

¹ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais. Email: nayaradeamorim@hotmail.com

Notas introdutórias

O artigo propõe uma análise sobre o município mineiro de Ribeirão das Neves a partir das dinâmicas demográficas e sociais que marcaram a sua constituição ao longo do tempo, relacionando-as com a construção da identidade do lugar e seu patrimônio. Tal cidade possui dinâmicas de crescimento populacional peculiares, o que justifica o estudo.

Objetiva-se a diferenciação e caracterização de três fases do crescimento populacional da cidade, que são: o primeiro momento que data da época de sua fundação até a década de 1960; o segundo momento, a partir da década de 1970, onde observa-se que o crescimento populacional acompanhou o intenso processo de parcelamento de seu solo urbano, afirmando a estruturação de uma periferia metropolitana altamente adensada; e o terceiro momento, no qual se identifica uma nova tendência de crescimento, que data dos anos 2000 e tem como base a tendência de verticalização dos imóveis. Com isso, a ênfase do estudo passa a ser a conexão entre a expansão da cidade com a criação de uma identidade negativa, que influencia a noção de pertencimento e o conseqüente o abandono do seu patrimônio. São realizados ainda apontamentos sobre as ausências e permanências do patrimônio cultural da cidade além de dificuldades na sua preservação.

A discussão sobre a expansão demográfica da cidade e a preservação do patrimônio cultural tem sido um tema de grandes estudos da Sociologia Urbana, perspectiva escolhida para a análise realizada aqui. A construção do espaço urbano é um tema importante a ser estudado na atualidade devido a sua influência nos processos de organização social e em função da mobilidade urbana. Nessa perspectiva, o espaço é entendido como uma produção social por meio das transformações, sejam elas das relações sociais, humanas, econômicas, políticas, socioambientais e culturais as quais produzem e acomodam a população.

A expansão e o reconhecimento da existência do fenômeno do aumento populacional conectado a falta de planejamento urbano compõe um desafio para a gestão pública. O estudo do urbano e suas dinâmicas está diretamente relacionado ao aumento da sustentabilidade das políticas públicas e intervenções sociais, já que possibilita maior conhecimento da realidade social e pode sugerir os rumos de tais ações. Esse artigo apresenta assim, resultados de um estudo de caráter exploratório, que para a efetivação, se utilizou de um levantamento bibliográfico sobre a cidade e a partir de uma abordagem qualitativa. A análise teve como base dados primários e secundários.

Esse texto buscar apontar Ribeirão das Neves como um dos polos representativos das

contradições urbanas presentes no capitalismo contemporâneo. A urbanização espontânea surge a partir de decisões do capital e das políticas públicas em curso, as quais se devem a ocupação desigual do espaço urbano e a consequente existência de áreas segregadas e de pobreza. A falta de planejamento urbano é entendida aqui como uma das esferas do fenômeno social complexo em análise, que é a desigualdade no espaço, evidenciado pelo grande crescimento da população. Tal processo nas ciências sociais é entendido como a periferização da pobreza.

O espaço é atualmente mais valoroso e determinante do que em qualquer outro momento do capitalismo, em função do seu processo de globalização (Harvey, 1993; Santos, 1996). A mercantilização do espaço pode ser percebida pelo processo de transformação das cidades em mercadoria, mais um produto entre tantos outros desenvolvidos no mundo de mercadorias (Marx, 1988). Para Sánchez (2001) há uma reinvenção do papel das cidades neste século, um fenômeno denominado “mercado das cidades”, que demonstra uma diretriz planejada para a conquista do espaço, o qual alcança cidades como um todo. Na análise de Lefebvre (2000) esta orientação planejada tem mais relevância do que simplesmente a venda de parcelas do espaço, visto que busca reorganizar uma produção subordinada às cidades e aos centros de decisão, delimitando aquilo que é central daquilo que está à margem, a partir de uma produção global do espaço. Essa estratégia global encontra uma nova dinâmica para a reprodução do capitalismo: a construção da cidade-mercadoria que, sob a égide do poder político dos governos locais, perfila-se através dos processos de reestruturação urbana (como exigência da economia competitiva) e através da construção de imagem para vendê-la, para inseri-la no mercado. Por consequência, o capitalismo em sua fase atual se efetiva delimitando novos espaços para sua expansão, pressionado pelas exigências da acumulação, assim, na produção do espaço operam agentes e interesses combinados em diferentes campos políticos e arranjos territoriais para cada caso.

A formação de Ribeirão das Neves – primeira etapa de adensamento populacional

A cidade de Belo Horizonte foi planejada para abrigar a nova capital do Estado de Minas Gerais, em substituição da colonial Ouro Preto. A equipe que projetou a cidade, chefiada por Aarão Reis, dividiu a cidade em três principais seções, sendo elas a Área Urbana,

a Área Suburbana e a Área Rural²; que diferiam entre si quanto aos usos e divisão adotada para cada uma delas. A lógica de estruturação urbana centro-periferia da metrópole belo-horizontina, enquanto processo histórico, perpetua-se até hoje e a segregação aprofunda-se significativamente. Com a explosão do tecido urbano, ocorreu o processo de metropolização de Belo Horizonte, que se inicia na primeira metade do século XX e revela que a população trabalhadora de baixa renda foi rejeitada no centro e relegada às periferias, despojada da cidade.

A expansão da metrópole capitalista, por agregação da periferia, mostrou-se em sua plenitude em Ribeirão das Neves - que desde os primórdios de sua formação, integra a metropolização de Belo Horizonte - vai se caracterizar como uma das parcelas do território metropolitano onde a segregação urbana se mostrará de forma mais evidente.

As fontes historiográficas sobre a constituição do município de Ribeirão das Neves são divergentes. Conforme as pesquisas de Sousa (2002), Souza (2008) e Campos (2009), são distintos os processos de formação da região da Sede e de Justinópolis, e que refletem na organização da cidade até a atualidade.

Podem ser identificadas referências da história da cidade, então conhecida como “Matas de Bento Pires”, já no início do século XVIII. Os primeiros povoamentos do território teriam acontecido por volta de 1747, data da construção da Capela de Nossa Senhora das Neves, anexado ao distrito de Venda Nova. Em 1873, o território passa a fazer parte do distrito de Pindaíbas, (atual Vera Cruz de Minas, distrito do município de Pedro Leopoldo) como uma vila; em 1911 é incorporado a Contagem e elevado a distrito em 1923. Em 1938, foi transferido da extinta cidade de Contagem para Betim, ao qual fica vinculado até 1943, onde o nome do distrito foi alterado de “Neves” para “Ribeirão das Neves” e então volta a pertencer ao território da nova cidade, Pedro Leopoldo. Finalmente em 12 de dezembro de 1953, Ribeirão das Neves é elevado a município tendo como distritos a região da Sede e Justinópolis e o Povoado de Areias.

A análise segue metodologicamente, a partir da diferenciação do processo de formação dos distritos de Ribeirão das Neves. A região da Sede da cidade foi fortemente influenciada pela construção da Penitenciária Agrícola de Neves- PAN, que data do início na década de 1920 e que foi inaugurada oficialmente em 1938. A PAN teve grande importância

² No projeto da cidade de Belo Horizonte, era previsto uma “zona urbana” limitada pela Avenida do Contorno onde seria a sede do governo do Estado, o centro comercial, o Parque Municipal, entre outros. Na zona suburbana, seria o espaço de sítios e chácaras, já na zona rural ficariam as colônias agrícolas.

no cenário latino americano por ser expressão da modernização, da justiça e da recuperação dos detentos pela via do trabalho. Inicialmente, mesmo sem ser anseio da população, sua implantação gerou empregos aos moradores, renda ao incipiente comércio da época, promoveu a presença do Estado pela presença da polícia e agentes penitenciários no território, além de impulsionar o aumento populacional da região. Desde então a cidade recebe uma função metropolitana, que é ser o lugar dos presídios – um polo presidiário, função essa que foi reafirmada depois da implantação de várias penitenciárias em seu território, mesmo contra a vontade da população e que gera problemas como barateamento das terras, sobrecarga de serviços públicos como nos hospitais e a Comarca, além do estigma negativo de “cidade presídio”.³

De acordo com Sousa (2002), as primeiras décadas que seguem à emancipação de Neves, o núcleo urbano do distrito Sede se mantém restrito a área do entorno da Penitenciária. Nessa época, podem ser identificados como seus eixos de estruturação espacial duas vias de acesso, são elas a MG-6 que liga a Sede até o distrito de Venda Nova e a estrada para o município de Pedro Leopoldo. Outro eixo viário importante da cidade é a BR-040, inaugurada na década de 1970, que atravessa o município na direção dos limites com Contagem e Esmeraldas, e se constitui como um eixo de expansão da cidade. A Regional Veneza, como ficou conhecida, leva o nome de um de seus maiores bairros, originado a partir de loteamento popular de 1977 e constituído com cerca de 4.000 lotes inicialmente. Tal regional torna-se alvo de intenso processo de parcelamento e ocupação, localizada nos limites da região da Sede, mas que permanece isolada da Sede, seja pelos condomínios fechados e chácaras de recreio que ocupam parte do seu território, seja pela barreira representada pela própria rodovia. Assim como ocorre com Justinópolis, mantém uma relação tênue com o núcleo urbano da Sede do Município, ao qual se vincula principalmente por razões de ordem administrativa.

A formação do distrito de Justinópolis, teve influência do processo da periferização de Belo Horizonte, através do crescimento da região de Venda Nova, zona norte da capital.

³ Além da Penitenciária Agrícola de Neves, durante o início da década de 1960, a Cadeia Pública da Comarca de Belo Horizonte foi transferida para Neves, e se tornou a Casa de Detenção Antônio Dutra Ladeira. Em 1982 foi implantada a Penitenciária Feminina José Abranches Gonçalves, em 2006 o Presídio Regional Inspetor José Martinho Drumond, e o Centro de Reeducação do Jovem Adulto, atualmente denominada Penitenciária José Abrantes Gonçalves. Todos esses ficam alocados na rodovia LMG-806, trecho da estrada entre o distrito Sede e Justinópolis. Já no ano de 2013, Neves recebe o primeiro Complexo Penitenciário de Parceria Público-Privada do país, localizado nas margens da BR 040, trecho entre o distrito Sede e a regional do bairro Veneza.

Recebeu esse nome em homenagem a Antônio Justino da Rocha, um fazendeiro da região que doou o terreno para a construção de uma igreja católica, do cemitério e da escola, localizados no centro do distrito. A região anteriormente chamada de Campanhã era composta por um grande território dividido em fazendas, que ao longo das décadas de 1940 e 1950 foram loteadas para comercialização, dando início aos primeiros bairros.

O distrito de Justinópolis foi desbravado pelos agentes imobiliários e se consolidou conurbado a Venda Nova, tendo poucos laços de ligação com a Sede do município de Ribeirão das Neves, o que sugere a ausência de coesão territorial e fraca integração regional. Dessa forma, pode-se argumentar sobre a influência da expansão urbana de Belo Horizonte em direção à região norte do município, induzido pela construção do complexo de lazer da Pampulha e da abertura da Avenida Antônio Carlos além da formação de Venda Nova, que influencia o crescimento de Justinópolis. O processo desigual da ocupação territorial gerou relações espaciais sem ligações tênues, com grandes vazios, exemplificada pela precária e desarticulada malha viária, de forma que leva a crítica de Campos (2010), onde a autora assemelha Ribeirão das Neves a um arquipélago e não a uma cidade.

Segundo a tese de Campos (2010), até nos anos de 1960 a estrutura fundiária de Ribeirão das Neves se caracterizava pela alta concentração das terras, onde 67 latifúndios ocupavam 78% de sua área total. Nota-se uma mudança de comportamento do mercado imobiliário da cidade a partir do final dos anos de 1940, quando sua área loteada aumenta significativamente, assim como o número de lotes, aprovados ou não, que foram lançados no mercado, principalmente concentrados no distrito de Justinópolis. Assim, a cidade em análise, se caracterizou, até o final dos anos 1960, por grandes vazios demográficos e ocupação bastante lenta, devido ao processo moroso de venda dos lotes, afóra o fato de que a maioria das famílias não tinha condições de pagar a prestação mensal do lote e realizar ao mesmo tempo a construção das casas, por suas restrições orçamentárias.

Neves desbravada pelos agentes imobiliários - A segunda tendência de crescimento

Como característica da expansão metropolitana de Belo Horizonte, a década de 1970 fica marcada pela produção de loteamentos, sendo que a qualidade foi a principal estratégia do mercado imobiliário para controlar o uso e ocupação do solo nesse território, que de acordo com Andrade e Mendonça (2010) é expressão de um processo nacional de segregação nas metrópoles brasileiras, em um momento de grande fragilidade das políticas de regulação

do solo. Entre os principais sujeitos desse processo estão os agentes imobiliários, que atuaram indireta e diretamente sobre o município, no primeiro caso deixando grandes vazios urbanos nas áreas mais centrais dotadas de infraestrutura como forma de valorizá-los para posterior comercialização e, no segundo caso, agindo diretamente na criação de loteamentos precários, nas periferias mais distantes, muitos deles clandestinos e sem nenhuma infraestrutura. Esse processo explica a consolidação da conurbação de Belo Horizonte em direção a Ribeirão das Neves, Santa Luzia e Vespasiano.

Acontece nessa época, a produção de loteamentos populares em cidades como Ribeirão das Neves, Ibité, Betim, Igarapé, Matheus Leme e Esmeraldas, com diferenças marcantes no preço dos terrenos de acordo com sua localização. Os loteadores tiveram diferentes estratégias que identificaram o potencial de compra do mercado popular e ofereceram terrenos parcelados sem nenhuma infraestrutura na periferia da cidade, ou ainda clandestinos, caracterizados pela escassez de oferta de serviços públicos como abastecimento de água e rede de esgoto, ausência de área destinada à construção de equipamentos comunitários como escolas e hospitais. Com poucas exceções, o controle sobre o uso da terra e seu parcelamento nessa época, ficaram sob responsabilidade de cada município, sem legislação de nível metropolitano (Campos, 2009).

O Vetor Norte-Central da região metropolitana de Belo Horizonte, composto pelas cidades de Santa Luzia, Vespasiano, São José da Lapa e Ribeirão das Neves e o Vetor Norte, que agrega as cidades de Lagoa Santa, Pedro Leopoldo e Confins, recebeu alguns investimentos industriais como nos municípios de Vespasiano e Santa Luzia, mas a principal determinante da sua expansão foi a proliferação de áreas de moradias para a população de renda mais baixa. De acordo com Souza (2008), dos noventa e seis loteamentos lançados na região metropolitana de Belo Horizonte, entre os anos de 1972 e 1976, trinta e cinco (36% do total) foram implantados em Ribeirão das Neves, que ofereceu aos loteadores as condições ideais para a produção de loteamentos populares, como legislação menos exigente, falta de programas e políticas de controle do parcelamento e da ocupação do solo além de menor fiscalização, o que o tornou palco privilegiado da especulação imobiliária.

De acordo com Sousa (2002) quando se compara o crescimento populacional de Belo Horizonte e de Ribeirão das Neves no período dos anos de 1950 com os anos 1970, verifica-se que o crescimento da Capital foi quase duas vezes menor que em 1950, já Ribeirão das Neves teve sua taxa populacional quintuplicada em termos totais e quase sextuplicada se considerar a

área urbana, como mostra o gráfico 1.

Dessa forma, a década de 1970 marca uma segunda fase de expansão da cidade de Ribeirão das Neves, caracterizada por um intenso crescimento demográfico, onde as elevadas taxas de crescimento variaram ao longo do tempo e também se apresentaram consideravelmente distintas entre a região Sede e Justinópolis. Segundo Sousa (2002), de 1970 a 1979, oitenta loteamentos foram abertos na cidade: cinquenta e três no distrito de Justinópolis (sendo três no subdistrito de Areias), dezessete no distrito Sede e nove na região do Veneza. O que se segue é um aumento populacional com taxas recordes na região metropolitana e que caracteriza um ‘boom imobiliário’, de intenso crescimento, do qual o distrito de Justinópolis foi palco e que se insere no espaço metropolitano na medida em que se conurba com Belo Horizonte. Nessa época, a população de Ribeirão das Neves apresentou a sua maior taxa de crescimento, de 21,3%, o que demonstra um grande crescimento da cidade em pouco tempo, recorde em nível nacional. O crescimento populacional de Justinópolis, com taxa média de 27,2%, chama atenção por representar o setor de crescimento do município, já a Sede também teve um aumento populacional alto, de 11,09% ao ano.

Nos anos de 1980 houve um arrefecimento no mercado imobiliário, onde apenas quatro loteamentos foram aprovados na cidade, localizados no distrito Sede, sendo um no centro e três na Regional Veneza. Assim a taxa de crescimento populacional de Neves decresce, mas ainda permanece alta para os níveis metropolitanos, com a média de 7,1% ao ano, com a população da Sede passando a crescer mais que Justinópolis. Esse distrito apresenta taxa de crescimento de 4,8% e a Sede com 13%, de modo que se inicia nessa época e na década que segue, uma concentração dos loteamentos nessa região que marca a consolidação da expansão da cidade no sentido da Regional Veneza.

Durante a década de 1990, o setor do mercado imobiliário recrudesce, de forma que foram aprovados trinta e três loteamentos no município: treze no distrito de Justinópolis e vinte no distrito Sede, (sendo dez no centro e dez na Regional Veneza), assim a Sede continua com maior nível de crescimento, 8,3% contra 4,9% de Justinópolis. Após os anos 2000, o processo de parcelamento das terras na cidade continua intenso. Somente entre os anos de 2000 e 2005 foram lançados cinco novos loteamentos (aprovados), além de loteamentos clandestinos.

Assim, se anteriormente na história da cidade, a população da Sede do distrito foi maior que a de Justinópolis durante várias décadas, em 1970, a população de Justinópolis se

igual a da Sede e em 1980, a situação se inverte, e Justinópolis exibe uma população quase quatro vezes superior à da Sede. Durante os anos que segue a relação entre as regionais da cidade passa a se igualar em termos populacionais, onde a partir dos anos 2000, a população de Justinópolis passa a ser pouco maior que a Sede, como visto no Gráfico 2. Outra característica importante da cidade, segundo Sousa (2002), é que em relação à situação dos domicílios, em 1991, 83,37% da população de Ribeirão das Neves residia em áreas urbanas, já o Censo Demográfico de 2010 revelou um grau de urbanização de 99,4%.

Dessa forma, a partir do intenso processo de parcelamento do solo, durante um espaço de tempo relativamente curto, aproximadamente 40 anos, houve grande mudança na demografia de Ribeirão das Neves; fator preponderante para a construção da realidade social atual do município. De acordo com dados do IBGE, durante a década de 1950 quando ganhou sua autonomia, Neves era uma pequena cidade com pouco mais de 4.000 habitantes e cresceu em níveis esperados até os anos de 1970, contando com 9.707 habitantes, quando então acontecem aumentos populacionais que marcam recordes no cenário nacional, de modo que em 1980 a cidade passa a abrigar seis vezes mais habitantes que na década anterior contando com 67.257 pessoas. Em 1990, a população da cidade mais que dobra, chegando a 143.853 habitantes. A cidade chega aos anos 2000 com uma população, de 246.589 habitantes, demonstrando um crescimento ainda vertiginoso, como nos mostra o Gráfico 2.

Nessas condições, uma população de baixa renda se concentrou em Ribeirão das Neves, e a partir dos anos 1970 essa tendência propaga-se até a atualidade, de modo que a produção habitacional pode ser caracterizada principalmente pela autoconstrução. Durante todo esse processo, o poder público municipal, caracterizado por baixa capacidade arrecadadora e carente de recursos materiais e humanos, permaneceu omissos e não ofereceu resistência a atuação dos agentes imobiliários. O crescimento populacional da cidade tendeu a estruturação de uma periferia metropolitana com grandes níveis de adensamento populacional. Neves caracteriza a expressão de Cymbalista (2006: 44, apud Andrade 2004), como “o lugar aonde as pessoas chegam antes da cidade”

De acordo com (Brito, 1997), a implementação de loteamentos precários, serviu para atrair uma população de baixa renda que se mudou para a cidade com o objetivo de realizar o sonho da casa própria, formando um expressivo polo de atração da pobreza. Já Souza e Brito (2008) sugerem a inversão da reflexão ao afirmar que, apesar de Ribeirão das Neves ser um dos municípios mais pobres de toda a RMBH, o município atrai um grande número de

indivíduos expulsos de outros municípios da RMBH, principalmente da capital, que tem terras com alto preço. Assim, não seria Neves que atrai a população pobre, mas Belo Horizonte que a expulsa e que a atração exercida por Neves seria assim nada mais que o reflexo do grande poder de retenção exercido por Belo Horizonte e sua região metropolitana, dada a concentração da atividade econômica, nesse espaço. Por consequência, residir em Neves representa para muitos uma oportunidade, senão a única, de adquirir moradia própria, de continuar residindo nas proximidades da capital e se inserir no mercado de trabalho metropolitano.

Ribeirão das Neves e a verticalização: apontamentos sobre uma nova característica da expansão da cidade

Atualmente Ribeirão das Neves permanece, no contexto da região metropolitana de Belo Horizonte, como um dos municípios de crescimento populacional mais acelerado, chegando ao ano de 2010 com 296.317 habitantes e estimativa, segundo o IBGE de aproximadamente 322.659 habitantes no ano de 2015. Esse ritmo elevado de crescimento que vem sendo sustentado na cidade se deve a ocupação efetiva dos loteamentos populares lançados nas décadas anteriores e à continuidade do parcelamento do solo, mesmo que em menor escala atualmente. Pretende-se agora explorar o argumento sobre uma nova característica do crescimento da cidade de Ribeirão das Neves que se inicia a partir dos anos 2000, em que a produção de edifícios de pequeno porte marca uma tendência de verticalização na cidade.

A partir dos anos de 1980 e principalmente 1990, tem-se uma tendência a valorização da vida nos condomínios no Brasil, que eram restritos ao entorno das grandes metrópoles e mais voltados para as classes médias e altas, mas a partir dessa época, passam a ser opção de moradia e estilo de vida também para populações com menor poder aquisitivo. A produção de apartamentos exige a mobilização de um montante relativamente grande de recursos financeiros e o que se registra em Ribeirão das Neves é a produção de apartamentos via indústria da construção.

Segundo o IBGE, os domicílios particulares permanentes podem variar, sendo por exemplo, casas, que são entendidas como domicílio único, localizados em edificação de um ou mais pavimentos ou também pode ser apartamentos, localizados em edificação de dois ou mais pavimentos, com mais de um domicílio, servido por espaços de uso comum. De acordo

com Campos (2009), antes dos anos de 2000, os domicílios do tipo apartamento de Ribeirão das Neves, estavam localizados em Justinópolis, encontravam-se basicamente em três empreendimentos habitacionais executados pela indústria da construção, o Conjunto Habitacional Nova Pampulha, o Residencial Toronto e o Residencial Capela, sendo que os dois primeiros localizam-se próximos à Contagem e Belo Horizonte. No distrito Sede, os prédios de apartamentos localizam-se basicamente no Bairro São Pedro, onde estão localizadas também as casas dos habitantes que recebem as mais altas rendas do município de Ribeirão das Neves (Campos, 2009).

O Censo de 2010 identificou 85.135 domicílios na cidade, sendo 2.331 deles, apartamentos, tendência que tem tido aumento desde os anos de 2000. Segundo dados cedidos pela Superintendência de Regulação Urbana da Prefeitura de Ribeirão das Neves, até junho de 2016, foram registrados 8.559 apartamentos, sendo que não entram nesses números as construções irregulares. Esses dados corroboram a hipótese do estudo sobre o crescimento vertical de Neves, pois apontam que o número de apartamentos quase quadruplicou em 6 anos.

Atualmente, a tipologia das edificações, que estão sendo aprovadas no município são, predominantemente, de conjuntos verticais com até quatro pavimentos e área de aproximadamente 45m² por unidade. Outra tipologia impulsionada no município, constitui-se em condomínios horizontais, com casas geminadas, destinadas à população cuja renda está entre três e seis salários mínimos (Campos, 2009).

Podemos analisar o exemplo do Bairro Jardim Alterosa, localizado na regional Veneza, onde foi construído em 2013 o conjunto habitacional Residencial Alterosa, com recursos do Programa Minha Casa Minha Vida e que possui 82 blocos de 20 apartamentos, totalizando 1640 unidades. Contudo, seus moradores sofrem com graves problemas, entre eles, a ausência de equipamentos públicos como posto de saúde, escolas e creches, além de falta de transporte público e do recolhimento do lixo que gera, grave situação de insalubridade e risco à saúde.

Não se pode ignorar ainda que o vetor norte de Belo Horizonte tem passado por um intenso processo de reestruturação econômica e socioespacial, que teve início a partir do ano de 2004, com a construção de um conjunto de projetos de investimentos públicos e privados na região. Os principais empreendimentos públicos, de acordo com Tonucci Filho (2014), provém particularmente do Governo do Estado, são a reativação do Aeroporto Internacional

Tancredo Neves, a implantação do Centro Administrativo do Estado de Minas Gerais, além de investimentos viários que buscam melhorar a articulação do vetor norte com a malha rodoviária da RMBH, em que se destacam a Linha Verde, o Rodoanel, e a duplicação da MG-020 e da Avenida Antônio Carlos. Essas novas transformações parecem surtir efeitos especulativos de maneira mais imediata naqueles municípios próximos a Cidade Administrativa, que são Santa Luzia, Vespasiano, Ribeirão das Neves e porção setentrional de Belo Horizonte, de forma que os impactos territoriais deverão ser mais intensos no curto prazo, como por exemplo na valorização imobiliária no Vetor Norte da RMBH, tradicionalmente marcado por poucos estímulos de valorização fundiária nas décadas anteriores à virada do milênio, sendo uma região menos valorizada, sobretudo, se comparada ao Vetor Sul metropolitano. Assim, Ribeirão das Neves parece acompanhar o que está acontecendo nas outras partes do espaço metropolitano, ainda que em menor grau, de forma que o preço de suas terras tem tido aumento significativo, fato que influencia na construção e venda de apartamentos, que são relativamente mais baratos que a compra de lotes e a construção da moradia, mesmo que através da autoconstrução.

A expansão sem planejamento e as consequências negativas para a cidade

A partir de agora serão levantados os principais problemas gerados pela expansão sem planejamento de Ribeirão das Neves para posteriormente relacioná-los com a realidade do patrimônio cultural da cidade.

A literatura da área demonstra as sérias consequências do processo de segregação espacial centro-periferia, que na cidade de Ribeirão das Neves são evidentes. Sua população atual segundo dados do IBGE, tem grande porcentagem negra, apresenta equilíbrio de gêneros e pode ser considerada jovem, já que mais da metade, 54%, da população encontra-se na faixa etária entre 0 e 29 anos, fato que, gera a necessidade de atenção e investimentos nas áreas da educação, lazer, inserção profissional, e outras ligadas à infância e juventude. A cidade convive com baixos índices educacionais, o que indica um ciclo de reprodução da pobreza. O percentual de pessoas com mais de 25 anos analfabetas é de 12 %.

A população de Neves pode ser considerada de forma homogênea quanto aos indicadores sociais, caracterizando-se predominantemente por grupos de baixa renda. A população tem claro perfil de operariado, com ocupações predominantes em atividades de prestação de serviços pessoais, distributivos e na indústria tradicional. Os dados do censo

demográfico de 2010 indicam que o valor do rendimento nominal médio mensal da maioria dos domicílios não chega a três salários mínimos. Cerca de 40% da população vive com até dois salários mínimos e mais da metade da população vive com renda de até cinco salários mínimos. Pouco mais de 0,1% da população tem renda maior que dez salários mínimos e são grupos sociais predominantemente brancos, ou seja, Ribeirão das Neves tem pouquíssimos ricos, fato que sugere que a cidade expulsa essa camada da população, pois ao obter melhorias econômicas, evade a cidade.

A dissociação entre o local de residência e o local de trabalho e estudo leva seus moradores a deslocarem-se diariamente para outro município, caracterizando Ribeirão das Neves como uma “cidade dormitório”. O significativo movimento pendular é de alto custo, pois os valores dos transportes públicos para o deslocamento entre Ribeirão das Neves e Belo Horizonte são elevados, além do que, o sistema público de transporte metropolitano apresenta baixa qualidade no atendimento; exemplificado pelo fato das linhas responsáveis pelos trajetos possuírem quadro de horários limitados, demandando dos usuários um longo tempo de espera e muitas vezes, que realizem o deslocamento a pé, com desconforto. A necessidade de deslocamento acaba por depreciar ainda mais a renda familiar e se transforma em um limitador, naqueles casos em que o empregador arca com os custos do transporte. Outra consequência desse processo, é que a cidade acaba não sendo usada para a realização do consumo, do lazer e da cultura de seus moradores.

A cidade de Ribeirão das Neves apresenta altos níveis de violência e criminalidade, o que contribui para a formação do estigma negativo da cidade, muito explorado pela mídia. O Índice de Homicídios na Adolescência (IHA) de 2006, divulgado pelo Observatório das Favelas, para a cidade foi de 5%, e coloca Ribeirão das Neves como a vigésima cidade mais perigosa para jovens de 12 a 18 anos do Brasil. De acordo com o Mapa da Violência de 2007, a taxa média foi de 58 homicídios por 100 mil habitantes, o que o colocou na 97ª posição num conjunto de 556 municípios brasileiros. A mesma pesquisa aponta que dentre os territórios municipais mais violentos da RMBH, Ribeirão das Neves destaca-se por taxas médias mais elevadas, ocupando a terceira posição, depois de Betim (63,7) e de Contagem (58,4). Já no Mapa da Violência do ano de 2013, Ribeirão das Neves ficou entre as 300 cidades mais violentas do país, ocupando o 163º lugar e oitava colocada no ranking estadual, com 156 assassinatos. No Mapa da Violência no Brasil do ano de 2015, dos 100 municípios com as maiores taxas médias de homicídio (por 100 mil) de adolescentes de 16 e 17 anos de idade

durante 2011 e 2013, Neves apresenta média de 11 em 2011, 7 em 2012 e 8 em 2013, ocupando a posição de número 34 no ranking. Destaca-se que o número de jovens vítimas de homicídio por armas de fogo são altas, contando com média entre 2010/2012 de 79,1% de tentativas e 79,5% dos homicídios consumados. Assim, como várias pesquisas mostram, o cenário da cidade é de grande criminalidade violenta e que atinge principalmente a população jovem e negra da cidade, marcada ainda pelo uso de arma de fogo.

Neves enfrenta ainda muitas carências relacionadas aos serviços e equipamentos públicos, como a assistência à saúde e assistência social, por exemplo, que é insuficiente para atender às necessidades mais básicas dos moradores que por sua vez, tem que se deslocar em busca de atendimento, para Belo Horizonte e outras cidades próximas.

A cidade apresenta déficit habitacional de mais 16.400 domicílios, sendo que 41% do total dos domicílios encontram-se em assentamentos precários, além de 46 loteamentos irregulares. Quase 5000 domicílios estão alocados em aglomerados subnormais, de acordo com o último censo, contando assim com a existência de 65 vilas e favelas, como a Bispo de Moura, Braúnas, Rosaneves, Grotas, Landi, Vila Felicidade e a Vila Henrique Saporì. As favelas pouco se distinguem dos bairros originados a partir dos loteamentos populares aprovados, de modo que os espaços centrais e periféricos apresentam composição social bastante semelhante, sendo um padrão urbanístico bem baixo em todo município. O próprio aspecto físico deteriorado da cidade, resultado da falta de infraestrutura como grande número de ruas sem asfalto, esgoto a céu aberto, casas sem finalização, contribui para fortalecer representações negativas da cidade.

De acordo com Andrade e Mendonça (2010), a forte homogeneidade da sua população e de seu território leva a hipótese de que a falta de convivência próxima e cotidiana com pessoas em situações mais vantajosas, seja profissional, educacional ou culturalmente, entre outros aspectos, não gera condições para que se vençam as dificuldades do contexto, assim como não propicia efeitos concretos, como indicação para trabalho ou possibilidades de continuidade dos estudos. Assim a homogeneidade da cidade implicaria em percas no seu capital social, já que ele existe nas relações sociais e é uma construção de coletividades institucionalizadas, por exemplo, onde as informações e o conhecimento são formadas e transferidas.

Para Araújo (1997), o espaço, da mesma forma que agrega e une as pessoas, é um fator de distinção, impondo diferenças e qualificando os sujeitos. Os sujeitos, no seu cotidiano

alteram e manipulam os sentidos e significados dos lugares, criando estruturas afetivas, cognitivas e individuais. Cada espaço da cidade, uma edificação, uma rua ou um bairro é, sobretudo, um mundo especial e pleno de sensações, cuja identidade, assim como a identidade dos sujeitos, é uma construção histórica realizada a partir da experiência cotidiana. O cenário descrito gera então a estigmatização do território em análise, tal como é entendido por Goffman (1983), que deriva de uma etiquetagem social, entendida como uma forma de classificação que, avivando as suas identidades negativas, lança no descrédito determinadas categorias sociais consideradas como anormais face aos padrões dominantes. O estigma vinculado ao comportamento de um indivíduo tende a abarcá-lo como um todo, da mesma forma entende-se que o estigma de um território, estigmatiza a todos que ali residem.

De acordo com Becker (2009), o indivíduo marcado como desviante tem importantes consequências para a participação social mais ampla e para sua auto imagem, sendo que a mais importante é uma mudança drástica em sua identidade pública. É rotulado e seu status de desviante nesse caso, passa a ser seu status principal. Assim os estigmas de “cidade-presídio”, “cidade violenta”, “cidade pobre” gera consequências perversas para todos os moradores de Ribeirão das Neves, estando intimamente ligada a dificuldade de sentimento de pertencimento a cidade, que por sua vez, impacta diretamente no patrimônio da cidade.

Contudo, afirma-se sobre uma riqueza cultural da cidade, que precisa de identificação e valorização. Uma característica cultural forte na cidade, por exemplo, é o artesanato, tendo em vista que a cidade recebeu moradores de várias regiões do país, assim o artesanato local se mostra presente em várias vertentes, confeccionadas com matérias primas como: linhas, tecidos, madeiras, vidros, barbantes, papéis e muitos materiais destinados ao descarte. A cidade tem destaque também nas artes cênicas, contando com vários estúdios de dança. Dentre os movimentos culturais, merecem destaque o balé, rock, funk, entre outros. A capoeira também tem representação na cidade, nos guetos, nos espaços públicos da Prefeitura, assim como o Congado e outras manifestações religiosas.

As dificuldades com o patrimônio cultural da cidade

A cidade pode ser pensada como uma totalidade em que suas materialidades plurais trazem referências importantes tanto para se pensar na expansão comum às metrópoles como nos territórios específicos oriundos de cada localidade urbana. Em tal perspectiva, as cidades, “trazem as marcas de seus atores, o fluxo das interações descontínuas e das sociabilidades

conflitivas" (BARREIRA, 2007: 166).

Pode-se entender a cultura como uma forma de manifestação ligada a várias esferas da vida social como as artes, a moral, leis, costumes, hábitos e qualquer outra manifestação que expresse as formas de vida. Devido a sua importância, durante o século XX, acontece um movimento político mundial que objetiva a preservação do patrimônio cultural e conseqüentemente, as identidades tradicionais, reforçando que essa é uma função do Estado e um dever de toda a sociedade. Assim, a função social da cidade somente é implementada quando efetuada junto com a proteção ao meio ambiente e à cultura, garantindo de fato e por completo o bem estar dos cidadãos (MARRA, 2011).

Os processos sociais políticos urbanísticos por quais Ribeirão das Neves passou, convergiram para a degradação da cidade de forma que a construção da identidade de seus moradores é tão negativada que eles a repudiam, além de impedir esforços ligados a construção e o conhecimento do que é seu patrimônio cultural. O desenvolvimento dessa ideia de patrimônio, seja ambiental ou cultural, surge com a finalidade de garantia da qualidade de vida para essas e futuras gerações pois o patrimônio cultural é constitutivo da identidade e da diversidade cultural de um povo, além de ser um importante fator de desenvolvimento sustentável, de promoção do bem-estar social, de participação e de cidadania. Para que não aconteça a degradação do meio ambiente urbano é necessário cuidado com os recursos naturais ou bens culturais, que estão diretamente ligados ao bem estar social (Marra, 2011).

Gonçalves (2005) salienta o papel fundamental que desempenha a categoria do patrimônio cultural no processo de formação de subjetividades individuais e coletivas, pois entre o patrimônio e as formas de autoconsciência individual ou coletiva existe uma relação orgânica e interna e não apenas uma relação externa e emblemática. Dessa maneira, o reconhecimento do patrimônio cultural faz parte da construção da identidade individual e coletiva de um povo. Em Neves, a negatização e o desconhecimento do patrimônio cultural contribuem para a formação de uma identidade negativa da cidade, a qual os moradores não querem ser ligados e que tem por consequência a desvalorização da cidade.

Gonçalves (2005) afirma que os "patrimônios culturais" seriam entendidos mais adequadamente se situados como elementos mediadores entre diversos domínios social e simbolicamente construídos, estabelecendo pontes e cercas entre categorias cruciais, tais como passado e presente, deuses e homens, mortos e vivos, nacionais e estrangeiros, ricos e pobres, etc. Dessa forma, essa noção de patrimônio cultural na cidade de Ribeirão das Neves

se mostra fraca, a população vive a-historicamente, ou seja, sem a noção de continuidade entre passado, presente e futuro, de modo que a preocupação pela reconstrução e valorização de seu passado tanto como a busca pelos elementos representativos da sua cultura, apenas de forma pontual, foi iniciada somente nos tempos atuais.

Não há como falar em patrimônio sem falar de sua dimensão material (Gonçalves, 2005), o que reforça a importância do fortalecimento das legislações, instituições e órgãos governamentais que tem a função de preservar tais elementos, como o Conselho Municipal de Cultura de Ribeirão das Neves; que tem realizado ações de reconhecimento e salvaguarda de elementos do patrimônio cultural da cidade, ainda que lenta e pontualmente. Contudo, o patrimônio também não depende apenas da vontade e decisão políticas de uma agência de Estado, precisa encontrar representatividade junto aos moradores da cidade.

Os objetos que compõem um patrimônio precisam encontrar "ressonância" junto a seu público. O conceito de ressonância se refere ao “poder de um objeto exposto atingir um universo mais amplo, para além de suas fronteiras formais, o poder de evocar no expectador as forças culturais complexas e dinâmicas das quais ele emergiu e das quais ele é, para o expectador, o representante” (GONÇALVES, 2005: 19). Assim para que o patrimônio seja protegido, é necessário que os indivíduos se mobilizem em prol de sua proteção. Na cidade de Ribeirão das Neves, tanto o reconhecimento quanto a proteção do patrimônio não são preocupações para a maioria de seus moradores e governantes. Os moradores por não se identificarem com o lugar de moradia, não se reconhecem e não se sentem representados pelo seu patrimônio o que inviabiliza os cuidados como tal.

Nos modernos discursos do patrimônio cultural, a ênfase tem sido posta no seu caráter "construído" ou "inventado", pois cada grupo social constrói no presente o seu patrimônio, com o propósito de articular e expressar sua identidade e sua memória. Assim, a busca pela reconstrução da memória da cidade, a preservação de seu patrimônio cultural deve ser incentivado, de forma a fortalecer a construção social da identidade da cidade. Tal perspectiva aponta para a necessidade da efetivação de função social da cidade que possibilite a preservação do patrimônio cultural regional por meio dos planos diretores municipais e metropolitanos, que incluam por exemplo, a participação popular.

Para que o patrimônio cultural existente no meio urbano seja efetivamente preservado, o Plano Diretor de um município, assim como as leis que tratam do uso e da ocupação do solo, devem observar as agressões e impactos causados aos patrimônios locais de

forma a garantir o acesso à cultura e impedir sua destruição, a evasão e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural. A noção de patrimônio cultural tem ligação com a estrutura social e seu sistema simbólico, com isso, essas reflexões na cidade de Ribeirão das Neves, se mostram como um desafio, dada condição de vulnerabilidade social de seu território.

Considerações finais

Esse estudo buscou apresentar como situação-problema a vulnerabilidade social da cidade de Ribeirão das Neves e sua ligação com a falta de proteção do patrimônio cultural, que se constitui como uma questão importante a ser enfrentado pelo poder público local. O estudo sugere demandas da população pela melhoria da qualidade de vida, nelas incluindo o esporte, o lazer, a valorização da identidade e autoestima da população, que servem como proposta de resolução da problemática discutida.

A situação da estrutura urbanística da cidade estudada desencadeia uma questão grave e complexa para o planejamento urbano, que é a proteção de seu patrimônio cultural. A partir do reconhecimento da realidade social torna-se possível aprimorar as intervenções públicas e sociais, que o município carece, já que se tornou necessidade da cidade o planejamento de uma estruturação urbanística que promova o funcionamento adequado da atividade produtiva, proporcione qualidade de vida de seus moradores e conserve o seu patrimônio ambiental e natural.

Para Guimarães (2004) a forma de proteção ideal que abrange o fenômeno cultural possui três dimensões fundamentais, que são a criação, a difusão e a conservação da cultura. A criação da cultura é um processo que manifesta-se em diversas formas e cabe ao Estado favorecer a realização dessas manifestações através de incentivos diretos e indiretos; a sua difusão, corresponde ao acesso dessa produção cultural no meio social tem importância crucial para informação e a educação da sociedade; já a conservação da cultura tem ligação com a proteção dos bens e sua manutenção. Esses são caminhos que podem ser seguidos na reflexão sobre o patrimônio cultural da cidade de Neves.

Conclui-se sobre a grande necessidade de políticas públicas e outras iniciativas que promovam a utilização e ocupação do solo de forma mais apropriada, sem tantos prejuízos ao seu patrimônio cultural, que gera como consequência a melhoria da qualidade de vida da população nevensense. A análise aqui apresentada é parcial, principalmente no que se refere aos

dados, mas tem relevância como primeiras reflexões sobre evidências que precisam ser aprofundadas, tendo em vista a carência e necessidade de entendimento da dinâmica do planejamento urbano da cidade.

Referências

ARAÚJO, Maria Marta de. A vida nos subúrbios: Memórias de uma outra Belo Horizonte. Vol. 2, n.3. Belo Horizonte: **Cadernos de História**, 1997.

ANDRADE, Luciana Teixeira de; MENDONÇA, Jupira Gomes de. Explorando as consequências da segregação metropolitana em dois contextos socioespaciais. Vol. 12, n.23. São Paulo: **Cadernos Metrôpoles**, 2010.

BARREIRA, Irllys Alencar F. Usos da cidade: conflitos simbólicos em torno da memória e imagem de um bairro. Vol. XLII, Lisboa, **Análise Social**, 2007.

BECKER, Howard S. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BRITO, Fausto. Mobilidade espacial e expansão urbana: o caso da região metropolitana de Belo Horizonte. **Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, Caxambu, 1997.

CAMPOS, Paola. Rogêdo. **O Município de Ribeirão das Neves: um bairro popular em um centro metropolitano**. Ano de Obtenção: 2009. 188p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Minas Gerais.

_____. O Arquipélago De Ribeirão Das Neves: A Velha Segregação Na Metrôpole Belo-Horizontina. Anais do XIV Seminário sobre a Economia Mineira. **Cedeplar**, Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.

COSTA, G. M.; FLORES, C. E. A expressão sócio-econômica e espacial da dinâmica ocupacional na Região Metropolitana de Belo Horizonte. **Encontro Transdisciplinar Espaço e População**. Campinas: Unicamp/ABEP, v. 1, 2003.

COSTA, Heloisa S. **Habitação e produção do espaço em Belo Horizonte**. Belo Horizonte: **CEDEPLAR/PBH**, 1994, p. 51-77.

GUIMARÃES, Nathália Arruda. **A proteção do patrimônio cultural Revista Jus Navigandi**, 2004. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/5372/a-protecao-do-patrimonio-cultural>>. Acessado em 18/06/2016.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1983.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. Vol.11 n°.23. Porto Alegre: **Revista Horizontes Antropológicos**, 2005.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1993.

LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. Paris: Anthropos, 2000.

MARRA, Natalia Cardoso. A Proteção do Patrimônio Cultural na Gestão das Metrôpoles: um estudo da Região Metropolitana de Belo Horizonte. **Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social**. Florianópolis, 2011.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural: Livro I, Tomo I, 1988.

SÁNCHEZ, F. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial**. São Paulo. Tese (Doutorado em Ciências: Geografia Humana). FFLCH, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 2001.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SOUSA, E. A. **Alternativas públicas não estatais para a provisão de habitação popular: o caso do Bairro Metropolitano**. Ano de Obtenção: 2002. 186p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, PUC - MG.

SOUZA, Joseane. **A Expansão Urbana de Belo Horizonte e da Região Metropolitana de Belo Horizonte: O Caso Específico do município de Ribeirão das Neves**. Tese (Doutorado). Belo Horizonte: UFMG/ Cedeplar, 2008.

SOUZA, Joseane; BRITO, Fausto Reynaldo Alves. A expansão urbana de Belo Horizonte e da RMBH em direção ao Vetor Norte Central, nos períodos 1986-1991 e 1995-2000. **Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, Caxambu, MG, Brasil, 2008.

TONUCCI FILHO, João Bosco Moura. Cidade fractal: transformações recentes na Região Metropolitana de Belo Horizonte. **Encontros Nacionais da ANPUR**, 2013.

WAISELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2007 – Mapa da Violência dos municípios brasileiros**. Brasil, 2007. Disponível em < <http://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2007.php>>. Acessado em 18/06/2016 às 18hs.

_____. **Mapa da violência 2013 – Homicídios e juventude no Brasil. Rio de Janeiro. CEBELA/FLACSO** Brasil, 2013. Disponível em: < http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2013/mapa2013_homicidios_juventude.pdf>. Acessado em 18/06/2016 às 18hs.

_____. **Mapa da violência 2015 – Adolescentes de 16 e 17 anos no Brasil**. 2015. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/mapaViolencia2015_adolescentes.pdf>. Acessado em 18/06/2016 às 18hs.

Observatório de Favelas. Disponível em <<http://of.org.br/apresentacao/>>. Acessado em 18/06/2016 às 19hs.

Portal da Prefeitura de Ribeirão das Neves. Disponível em <<http://ribeiraodasneves.mg.gov.br/prefeitura/>>. Acessado em 18/06/2016 às 19hs.

Gráficos

Neves desbravada pelos agentes imobiliários - A segunda tendência de crescimento

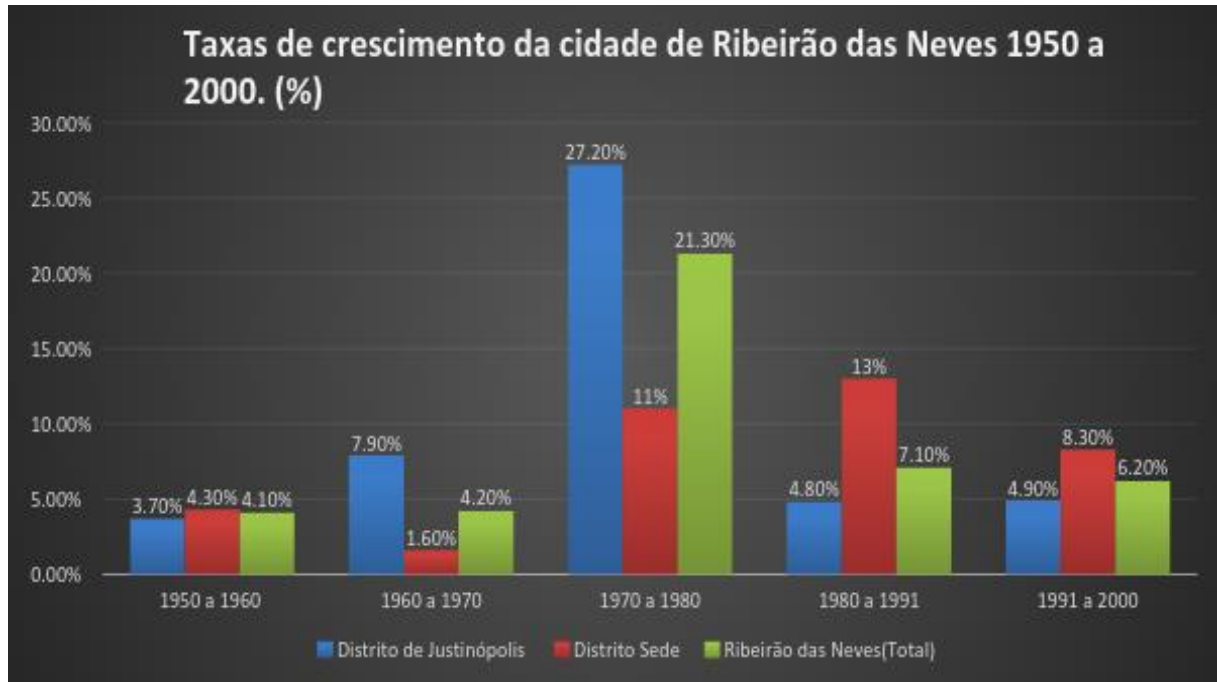


Gráfico 1. Taxas de crescimento da cidade de Ribeirão das Neves.

Fontes: IBGE, Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000

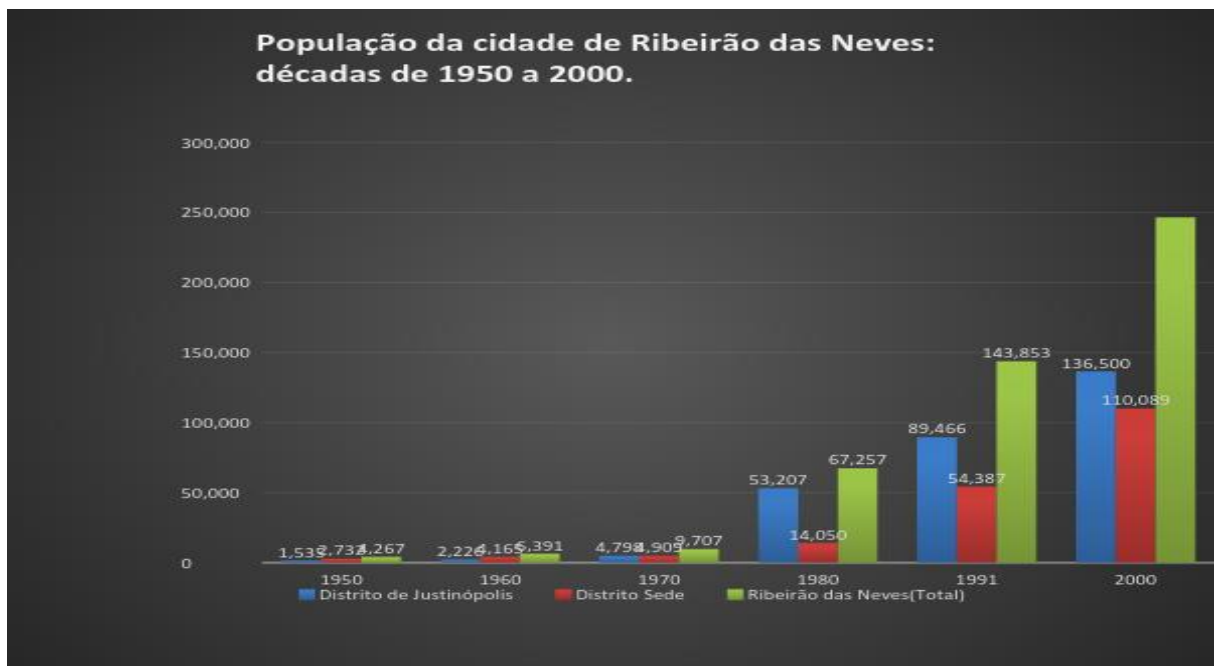


Gráfico 2. População da cidade de Ribeirão das Neves – Distritos – 1950 a 2000.

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

